



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia
Departamento de Licitação e Contratos



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO

**PROCESSADO
NO SISTEMA**

Ao Protocolo Geral do Município,

Prefeitura Municipal de Saquarema
Processo 19.178 / 23
Data. 17 / 10 / 23
Fls. 02 Rubrica

Solicito que seja aberto processo administrativo através da documentação encaminhada pela **INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL TECNOLOGIA E REFRIGERAÇÃO EIRELI** via e-mail, referente ao Processo Administrativo nº 12.529/2023, Pregão Presencial nº 056/2023.

Saquarema, 17 de outubro de 2023.

Atenciosamente,

Sergio Bravo

Pregoeiro

Sergio Bravo
PREGOEIRO
MAT. 961081

Assunto: **Recurso Pregão Presencial para Registro de Preços nº 056/2023**

De: Inteligência Artificial Tecnologia <comercial@iatr.com.br>

Para: <licitacao@saquarema.rj.gov.br>

Cc: Licitações <licitacoes@iatr.com.br>

Data: 17/10/2023 11:06



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
PARANÁ, RJ



- RECURSO PM SAQUAREMA 56-2023.pdf (~319 KB)

Senhor Pregoeiro,

Cumprimentando-o cordialmente ao tempo em que oferecemos o presente RECURSO ADMINISTRATIVO postulando a reforma da decisão, conquanto a declaração da Licitante MTR2TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA. como vencedora nos itens 01, 02, 03 e 04 do certame em que pese, esta, não haver apresentado documentos que comprovassem a conformidade das características dos equipamentos ofertados com o tanto quanto exigido no Termo de Referência.

Respeitosamente,

Inteligência Artificial Tecnologia
Maurício Carvalho
Procurador

ILMO. SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA, DESIGNADO PARA PROCESSAR O PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2023, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12.529/2023.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL TECNOLOGIA E REFRIGERAÇÃO EIRELI, sociedade empresária com sede na Rua São Camilo, nº 22, Loja 01, Vista Alegre, Barra Mansa, RJ, CEP 27.320-570, inscrita no CNPJ sob o nº 01.579.387/0001-45, ora Recorrente, por seu Procurador infra-assinado, já qualificado nos autos deste processo, vem à presença de V.Sa., respeitosa e tempestivamente, com fulcro no inciso I do Art. 109 da Lei nº 8.666/93, oferecer o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO

Postulando a reforma da decisão proferida pelo Pregoeiro conquanto a declaração da Licitante MTR2TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA. como vencedora nos itens 01, 02, 03 e 04 do certame em que pese, esta, não haver apresentado documentos que comprovassem a conformidade das características dos equipamentos ofertados com o tanto quanto exigido no Termo de Referência.

1. DOS FATOS

Trata-se de licitação promovida pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA, na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços de nº 056/2023, com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o Registro de Preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de dispositivos

educacionais chromebooks, carrinhos de recarga e painel interativo, conforme especificações e quantidades estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.

A partir do horário previsto no preâmbulo do Edital, 14h00 do dia 10 de outubro de 2023, teve início a sessão pública do Pregão Presencial, com a divulgação das propostas de preços recebidas, classificação daquelas aceitas e início da fase competitiva, com o encaminhamento dos lances pelos licitantes.

Encerrada esta fase, o Pregoeiro classificou a Licitante MTR2TECH em primeiro lugar nos itens 01, 02, 03 e 04 e passou à avaliação dos documentos de habilitação, da proposta de preços e da documentação técnica apresentada por aquela, optando por declará-la vencedora, EM QUE PESE QUE NÃO HAVER APRESENTADO DOCUMENTOS QUE COMPROVASSEM A SIMILITUDE DAS CARACTERÍSTICAS DOS EQUIPAMENTOS OFERTADOS COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERÊNCIA, alternativa não restando, senão, a apresentação do presente Recurso, com vistas a garantir a prevalência da legalidade e a obediência aos princípios que norteiam os processos licitatórios, conforme se verificará.

2. DAS RAZÕES PARA A REFORMA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA

No que concerne ao julgamento das propostas, o instrumento convocatório determina que sejam apresentados os seguintes documentos para a classificação técnica dos licitantes:

"6. REQUISITOS PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 A empresa deverá apresentar documentos que comprovem as características do equipamento ofertado, em compatibilidade com o Termo de Referência, minudenciando o modelo, tipo, procedência, garantia ou validade, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas." (g.n.)

Cumpra-se destacar, desde já, QUE NÃO HOUVE A DEVIDA COMPROVAÇÃO DA CONFORMIDADE DO SISTEMA OPERACIONAL, SOFTWARES E FERRAMENTAS OFERTADAS COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERÊNCIA. Senão vejamos.

Os requisitos e funcionalidades do sistema operacional, softwares e ferramentas que devem seguir embarcados nos equipamentos estão descritas no item 14 e seguintes do item 01, do Termo de Referência, nos seguintes termos:

"14. SISTEMA OPERACIONAL - O equipamento deverá vir instalado com sistema operacional Chrome OS, e suportar atualizações futuras do sistema no mínimo por 4 anos;

Licença de ferramenta em nuvem capaz de realizar atualizações automáticas de softwares e drivers diretamente da internet, sem a necessidade do conhecimento específico do usuário;

Software ou sistema que permita a migração da imagem do equipamento a partir de uma rede corporativa ou com conexão à internet;

Ferramenta capaz de restaurar as configurações originais de fábrica do equipamento (Sistema Operacional e Aplicativos);

O console de gerenciamento deverá ser WEB, para que assim seja possível realizar o gerenciamento de qualquer ponto. Ter no mínimo as seguintes funcionalidades:

Deverá ser capaz de realizar monitoração dos equipamentos, coletando no mínimo as seguintes informações: identificação do equipamento, controle de utilização (verificar última data de conexão) e utilização dos aplicativos;

Deverá ser capaz de criar lista de usuários com permissão de utilização no equipamento, além de criar listas de restrição a

acesso a páginas na internet e versões do sistema operacional;

Deverá possuir funcionalidade de apagar todas as informações locais do usuário, configurações e estado após cada saída;

Deverá ser capaz de emitir relatório de notificação de dispositivos inativos;

Deverá possuir funcionalidade de restringir o uso do equipamento a apenas um aplicativo (modo quiosque) e informar por e-mail e SMS os alertas de alteração de status do dispositivo, não permitindo a utilização deste para qualquer outra atividade.

Deverá possuir funcionalidade de restringir o uso do equipamento a apenas o domínio educacional implantado e todos equipamentos devem ser entregues já provisionados para o domínio educacional.

Deverá possuir mecanismo de segurança capaz de bloquear todas as funções do equipamento remotamente e emitir uma mensagem com instruções de devolução do dispositivo desativado, caso contrário este equipamento ficará com uso restrito indefinidamente tendo como fonte, o console de gerenciamento do Google Workspace For Education.

Deverá vir com ferramenta tipo dashboard para acompanhamento da evolução da implantação dos equipamentos na Secretaria de Educação e nas escolas, com o carregamento da Base de dados automática tendo como fonte, o console de gerenciamento do Google Workspace For Education.

Os Chromebooks deverão ser entregues com o devido número dos equipamentos provisionados na console de

gerenciamento do Google Workspace for Education a ser disponibilizado pela Secretaria de Educação."

E nos itens 14 a 28, do item 2, do mesmo Termo de Referência, nos seguintes termos:

"14. SISTEMA OPERACIONAL - O equipamento deverá vir instalado com sistema operacional Chrome OS, e suportar atualizações futuras do sistema no mínimo por 4 anos.

15. O equipamento deverá ser compatível e suportar a instalação de aplicativos disponíveis para tablets Android.

16. Licença de ferramenta em nuvem capaz de realizar atualizações automáticas de softwares e drivers diretamente da internet, sem a necessidade do conhecimento específico do usuário;

17. Software ou sistema que permita a migração da imagem do equipamento a partir de uma rede corporativa ou com conexão à internet;

18. Ferramenta capaz de restaurar as configurações originais de fábrica do equipamento (Sistema Operacional e Aplicativos);

19. O console de gerenciamento deverá ser WEB, para que assim seja possível realizar o gerenciamento de qualquer ponto. Ter no mínimo as seguintes funcionalidades:

20. Deverá ser capaz de realizar monitoração dos equipamentos, coletando no mínimo as seguintes informações: identificação do equipamento, controle de utilização (verificar última data de conexão) e utilização dos aplicativos;

21. Deverá ser capaz de criar lista de usuários com permissão de utilização no equipamento, além de criar listas

de restrição a acesso a páginas na internet e versões do sistema operacional;

22. Deverá possuir funcionalidade de apagar todas as informações locais do usuário, configurações e estado após cada saída;

23. Deverá ser capaz de emitir relatório de notificação de dispositivos inativos;

24. Deverá possuir funcionalidade de restringir o uso do equipamento a apenas um aplicativo (modo quiosque) e informar por e-mail e SMS os alertas de alteração de status do dispositivo, não permitindo a utilização deste para qualquer outra atividade.

25. Deverá possuir funcionalidade de restringir o uso do equipamento a apenas o domínio educacional implantado e todos equipamentos devem ser entregues já provisionados para o domínio educacional.

26. Deverá possuir mecanismo de segurança capaz de bloquear todas as funções do equipamento remotamente e emitir uma mensagem com instruções de devolução do dispositivo desativado, caso contrário este equipamento ficará com uso restrito indefinidamente, tendo como fonte, o console de gerenciamento do Google Workspace For Education.

27. Deverá vir com ferramenta tipo dashboard para acompanhamento da evolução da implantação dos equipamentos na Secretaria de Educação e nas escolas, com o carregamento da Base de dados automática tendo como fonte, o console de gerenciamento do Google Workspace For Education.

28. Os Chromebooks deverão ser entregues com o devido número dos equipamentos provisionados na console de gerenciamento do Google Workspace for Education a ser disponibilizado pela Secretaria de Educação."

A partir dessas definições passamos a perscrutar a documentação técnica disponibilizada pela MTR2TECH, para a verificação da similitude da proposta, catálogos ou folhetos com as exigências aqui transcritas.

E, como resultado, e como afirmado alhures, **EMERGE INCONTESTE O FATO DE QUE A MTR2TECH NÃO APRESENTOU DOCUMENTOS QUE COMPROVASSEM AS CARACTERÍSTICAS E CONFORMIDADE DO SISTEMA OPERACIONAL, SOFTWARES E FERRAMENTAS OFERTADAS COM O EXIGIDO NO TERMO DE REFERÊNCIA OU SEQUER AS NOMINOU.**

Trata-se de erro insanável, QUE TORNA INCOMPLETO O CONTEÚDO DA PROPOSTA! Não se trata de simples lapso material ou formal, mas sim de erro substancial, ou seja, aquele que interessa à natureza do negócio.

A FALTA DE DOCUMENTO OBRIGATÓRIO CONFIGURA ERRO GRAVE - SUBSTANCIAL, PORTANTO - QUE PROVOCA O EFEITO MAIS INDESEJADO AO LICITANTE TÃO SEJA A INABILITAÇÃO OU DESCLASSIFICAÇÃO.

NO CASO EM TELA, A NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DAS CARACTERÍSTICAS DOS SOFTWARES E FERRAMENTAS É OMISSÃO DE DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL, QUE NÃO PODE SER DILIGENCIADA, PORQUE NÃO FOI ENTREGUE ORIGINALMENTE.

A doutrina brasileira sobre o tema é mesmo taxativa, a exemplo da oportuna lição do renomado professor Jessé Torres Pereira Júnior:

"no processo administrativo da licitação, cada licitante sabe, em face das exigências do edital, quais os documentos e informações que deverão estar nos respectivos envelopes.

Não os trazer significa descumprir o edital, acarretando-lhe a inabilitação ou a desclassificação da proposta. A proibição de serem aceitos posteriormente respeita o direito dos demais licitantes ao processamento do certame de acordo com as exigências do edital". (in Comentários à Nova lei das Licitações Públicas, 2ª Tiragem, Editora Renovar, São Paulo: 1993, pg. 224). (g.n.)

Tal rigor é visualizado a começar do § 3º, do artigo 43, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que dispõe sobre as regras gerais de licitação e se aplica às concorrências, tomadas de preços, convites, concursos, leilões, e, subsidiariamente, ao pregão (artigo 9º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002), vedando a "inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta".

Ora, o edital convocatório foi datado de 05/10/2023, com tempo suficiente, pois, para que todas as empresas, em iguais condições, providenciassem toda a documentação exigida. Entretanto, muitas vezes não adotam as cautelas necessárias e juntam documentos com validade expirada ou apresentam documentos incompletos ou fora de prazo ou, simplesmente, deixam de apresentar documentos obrigatórios e, em matéria de documentos nas licitações, não se admite uma segunda chance

A respeito de situações como essas, o mestre Marçal Justen Filho é categórico ao afirmar:

"...incumbe ao interessado o ônus de provar o atendimento aos requisitos legais; se não fizer a prova, de modo satisfatório, a solução será sua inabilitação. Não há cabimento para presunções: ou os requisitos foram atendidos de modo cabal ou não o foram. Inexistirá possibilidade de suprir defeitos imputáveis aos licitantes. O esclarecimento de dúvidas não significa eliminar a omissão dos licitantes. Se o licitante dispunha de determinado documento, mas esqueceu de apresentá-lo, arcará com as consequências de sua própria conduta". (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 4ª Edição, Editora Aide, Rio de Janeiro: 1996, pg. 272).

Nyura Disconzi da Silva, por sua vez, no Informativo de Licitações e Contratos nº 72, de fevereiro de 2000, pondera no mesmo sentido, verbis:

"...documentos e informações que deveriam constar originalmente dos envelopes de documentação e de proposta não podem mais ser incluídos, por importarem em inovação no plano material, e flagrante desrespeito aos princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório, pena de inabilitação do licitante ou de desclassificação da oferta;" (pg. 116/120). (g.n.)

A propósito, diante de comandos normativos que não deixam margem para dúvidas, o Colendo Tribunal de Contas da União também já vem alertando há muito tempo que é vedada à Administração a "aceitação de informações não escritas ou que deveriam constar dos documentos e propostas como elemento de julgamento da licitação" (Decisão nº 635 - Processo nº TC-018.901/95-6 - Relator Ministro Paulo Afonso Martins de Oliveira - Plenário - D.O.U.: 23.10.96).

No mesmo sentido é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

*"(...) 1. Cláusula editalícia com dicção clara e impositiva, quando desobedecida, favorece decisão administrativa desclassificando o licitante que apresentou documentação insuficiente. **Complementação posterior não tem o efeito de desconstituir o ato administrativo contemporâneo à incompletude justificadora da desclassificação.** (...) (MS 6357/DF - Relator Ministro Milton Luiz Pereira - 1ª Seção - DJ: 08/04/2002 PG:00119)" (g.n.)*

Não é lícito, portanto, à licitante despreparada, pretender transferir à Administração a culpa por ato de sua única e exclusiva responsabilidade. Uma vez que não apresentados pela licitante os documentos exigidos surge o dever do administrador de inabilitá-la ou desclassificar sua proposta, a depender da etapa em que se encontre o certame.

Dessa forma, qualquer situação fática diversa atentaria contra os princípios da legalidade e da igualdade entre os licitantes, além do princípio da vinculação ao instrumento convocatório (art. 37, caput, e XXI, Constituição Federal; art. 41, Lei nº 8.666/1993; e art. 4º, caput, do Decreto nº 3.555/2000).

E não se pode deixar de lembrar que, em contrapartida ao dever da Administração de aplicar a lei, também existe o direito subjetivo de cada um dos licitantes à essa observância do fiel procedimento estabelecido na lei (art. 4º, "caput", da Lei nº 8.666/1993 e artigo 6º do Decreto 3.555/2000). A imposição visa, além de preservar a legalidade no certame, zelar pela estabilidade e pela segurança das relações jurídicas entre as partes (administração e licitantes).

A consequência lógica do não atendimento às exigências de qualificação técnica previstas no Edital, é a inapelável desclassificação da MTR2TECH, uma vez que não cumpre, sequer, os requisitos de participação dispostos no instrumento convocatório.

Dessa forma, qualquer situação fática diversa atentaria contra os princípios da legalidade e da igualdade entre os licitantes, além do princípio da vinculação ao instrumento convocatório (art. 37, caput, e XXI, Constituição Federal; art. 41, Lei nº 8.666/1993; e art. 4º, caput, do Decreto nº 3.555/2000).

E não se pode deixar de lembrar que, em contrapartida ao dever da Administração de aplicar a lei, **também existe o direito subjetivo de cada um dos licitantes à essa observância do fiel procedimento estabelecido na lei** (art. 4º, "caput", da Lei nº 8.666/1993 e artigo 6º do Decreto 3.555/2000). A imposição visa, além de preservar a legalidade no certame, zelar pela estabilidade e pela segurança das relações jurídicas entre as partes (administração e licitantes).

Nesse contexto, o ilustre professor Ives Gandra da Silva Martins adverte que

"...nos procedimentos de caráter concorrencial, como é o caso da licitação, a estreita observância de regras formais é que milita em favor do administrado, uma vez que por meio delas é que se assegura o julgamento objetivo, sobre o qual

se assenta a garantia da igualdade entre os licitantes". (Citado por NIEBHR, Joel de Menezes, in Princípio da Isonomia na Licitação Pública. Florianópolis: Obra Jurídica Editora, 2000, p. 173).

Afinal, como é consabido, aquele que participa da licitação tem o dever jurídico de atentar para todas as suas exigências. Aquele que não apresenta os documentos exigidos ou apresenta-os incompletos ou defeituosos descumpre seus deveres e deverá ser desclassificado.

Sobre o tema, assevera José dos Santos Carvalho Filho:

"A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administração ou judicial.

O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa.

Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou a fixação de preço fora dos limites estabelecidos. Em tais hipóteses, deve dar-se a desclassificação do licitante, como, de resto, impõe o Art. 48, I, do Estatuto."

Nesse pensar importa afirmar que, a partir dos termos fixados no edital, não há margem para discricionariedade, seja por parte da Administração, seja por parte das licitantes, pois estes

se vinculam ao edital, que se torna fundamento de validade de todos os atos praticados no curso de licitação.

Portanto, resta cristalino que a desclassificação da MTR2TECH fere os princípios basilares do Processo Licitatório, em especial, os da Isonomia, da Vinculação ao Instrumento Convocatório e Julgamento Objetivo.

Diante disso, restando comprovado a ausência de atendimentos às regras e condições estabelecidas no instrumento convocatório, medida que se espera é a desclassificação da MTR2TECH, por descumprimento das exigências aí insculpidas.

3. DO PEDIDO

Por todo o exposto, requer-se seja conhecido, recebido e processado o presente Recurso, com fulcro no inciso I do Art. 109 da Lei nº 8.666/93, e mediante o reconhecimento das ilegalidades constantes no procedimento licitatório, acima demonstradas, seja decretada a nulidade dos atos que lograram na habilitação e classificação da Licitante MTR2TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA., com a consequente retomada dos procedimentos do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2023, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12.529/2023.

Termos em que,

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 2023.



Assinado de forma digital por
MAURICIO FERREIRA LIMA
CARVALHO:83586105720
Dados: 2023.10.17 11:00:27
-03'00'

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL TECNOLOGIA

Maurício F L Carvalho

RG nº 056787484 DICRJ, CPF nº 835.861.057-20

Procurador

Assunto: **RECURSO ADMINISTRATIVO - PP056/223**
De: Licitação Saquarema <licitacao@saquarema.rj.gov.br>
Para: <faturamento@mtr2tech.com>
Responder para: <licitacao@saquarema.rj.gov.br>
Responder para: <licitacao@saquarema.rj.gov.br>
Data: 17/10/2023 14:23



- RECURSO ADMINISTRATIVO - INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL - DIGITAL.PDF (~3.1 MB)

Prezados, boa tarde!

Segue anexo recurso administrativo apresentado pela empresa **INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL TECNOLOGIA E REFRIGERAÇÃO EIRELI**, para ciência e manifestação em contrarrazões, se for de vosso interesse.

--

Favor notificar o recebimento do mesmo. A confirmação do recebimento pode ser enviada por e-mail - licitacao@saquarema.rj.gov.br.

Agradecemos a compreensão.

Atenciosamente,

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Rua Coronel Madureira - 77 - CENTRO - SAQUAREMA/RJ
CEP: 28990-756
Tel.: (22) 2655 - 6400 R.215.
Nosso e-mail: licitacao@saquarema.rj.gov.br